

A temática indígena e a lei 11.645/2008 no contexto de uma escola pública amazônica em uma leitura decolonial

Indigenous themes and law 11.645/2008 in the context of an amazon public school in a decolonial reading

Temas indígenas y la ley 11.645/2008 en el contexto de una escuela pública amazónica en una lectura decolonial

Recebido: 05/10/2022 | Revisado: 17/10/2022 | Aceitado: 18/10/2022 | Publicado: 23/10/2022

Leila Melo de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7339-3245>
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: leilinhaalegria@gmail.com

Genivaldo Frois Scaramuzza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3738-9905>
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: scaramuzza1@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a temática indígena e a Lei 11.645/2008 no contexto de uma escola pública da Amazônia. O estudo procurou compreender e demonstrar como a Lei 11.645/2008 que prevê a inserção nos currículos da Educação Básica do estudo da História e Cultura Indígena se mostra nas discussões e práticas curriculares desenvolvidas por professores/as do Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano) de uma escola pública da rede estadual de ensino no município de Ji-Paraná - RO. Quanto ao campo teórico, destacam-se os Estudos Culturais e suas possíveis articulações com o campo da formação de professores/as e outros campos de produção de conhecimento. No sentido de pensar a cultura e a educação, formação de professores/as e currículo escolar, utilizamos os seguintes autores: Bhabha, Hall, Bonin, Baniwa, Preto e Silva, entre outros que contribuíram para o entendimento das concepções da temática pesquisada. Em termos metodológicos, a pesquisa inspira-se na Bricolagem ao articular recursos estratégicos como: entrevistas, minicurso e Grupo de Discussão. A pesquisa mostrou a ausência de formação docente na área da história e cultura indígena. Observou-se tentativas de não estereotipar os indígenas, no entanto, a temática aparece nas práticas docentes de formas pontuais, isto é, em datas comemorativas ou quando surgem nos livros didáticos.

Palavras-chave: Lei 11.645/2008; Educação; Prática pedagógica.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the indigenous theme and Law 11.645/2008 in the context of a public school in the Amazon. The study sought to understand and demonstrate how Law 11.645/2008, which provides for the inclusion of the study of Indigenous History and Culture in Basic Education curricula, is shown in the curricular discussions and practices developed by teachers of Elementary School I (1st to 5th Year) of a public school of the state education network in the city of Ji-Paraná - RO. As for the theoretical field, Cultural Studies and their possible articulations with the field of teacher training and other fields of knowledge production stand out. In order to think about culture and education, teacher training and school curriculum, we use the following authors: Bhabha, Hall, Bonin, Baniwa, Preto and Silva, among others who contributed to the understanding of the concepts of the researched theme. In methodological terms, the research is inspired by Bricolage by articulating strategic resources such as: interviews, mini-course and Discussion Group. The research showed the absence of teacher training in the area of indigenous history and culture. There were attempts not to stereotype the indigenous people, however, the theme appears in teaching practices in specific ways, that is, on commemorative dates or when they appear in textbooks.

Keywords: Law 11.645/2008; Education; Pedagogical practice.

Resumen

El objetivo de este artículo es discutir el tema indígena y la Ley 11.645/2008 en el contexto de una escuela pública en la Amazonía. El estudio buscó comprender y demostrar cómo la Ley 11.645/2008, que prevé la inclusión del estudio de la Historia y la Cultura Indígena en los currículos de la Educación Básica, se manifiesta en las discusiones y prácticas curriculares desarrolladas por los profesores de la Enseñanza Fundamental I (1º a 5º Año) de una escuela pública de la red estatal de educación en la ciudad de Ji-Paraná - RO. En cuanto al campo teórico, se destacan los Estudios Culturales y sus posibles articulaciones con el campo de la formación docente y otros campos de producción

de conocimiento. Para pensar la cultura y la educación, la formación docente y el currículo escolar, utilizamos los siguientes autores: Bhabha, Hall, Bonin, Baniwa, Preto y Silva, entre otros que contribuyeron a la comprensión de los conceptos del tema investigado. En términos metodológicos, la investigación se inspira en el Bricolage articulando recursos estratégicos como: entrevistas, minicurso y Grupo de Discusión. La investigación mostró la ausencia de formación docente en el área de historia y cultura indígena. Hubo intentos de no estereotipar a los indígenas, sin embargo, el tema aparece en las prácticas docentes de manera específica, o sea, en fechas conmemorativas o cuando aparecen en los libros de texto.

Palabras clave: Ley 11.645/2008; Educación; Práctica pedagógica.

1. Introdução

Trabalhar a temática indígena no contexto escolar é discutir conceitos que muitos/as educadores/as desconhecem. É compreender que o preconceito e os estereótipos não são apenas palavras soltas, mas palavras que são propagadas desde o período colonial até os dias atuais.

Na história contada principalmente nos livros oficiais, geralmente a escrita é de cunho colonial, onde raramente a visão dos povos colonizados são relatados. Os povos originários diversas vezes ficam de fora quando se fala na constituição do povo brasileiro e suas contribuições são pouco mencionadas. Esta realidade nos levou a questionar se na formação docente ou em curso de formação, a temática indígena tem sido abordada de acordo com que a Lei 11.645/2008 vem propondo.

Este estudo é o resultado de algumas inquietações observadas na pesquisa de Mestrado intitulada: A temática indígena e a Lei 11.645/2008 na escola: análise e proposições de intervenção em uma leitura decolonial, e que têm mostrado que a prática docente quanto a temática indígena é praticamente idêntica ao que se era trabalhado antes da Lei 11.645/2008, sendo necessário investimentos na formação docente a fim de que haja uma ressignificação da prática docente, sem preconceito e propagação de estereótipos.

Observaremos ao longo de nossa discussão algumas falas como: “Nunca ouvi falar bem de índio”, “Faço cocar de E.V.A. e papel”, “Cantamos a música da Xuxa: Brincar de Índio”, que mostra a concretização da prática docente, solicitando que as crianças reproduzam genericamente os indígenas, que dançam músicas de autores não indígenas, tendo letras carregadas de estereótipos, mesmo com a existência da Lei 11.645/2008 que obriga a inserção dos conteúdos de História e Cultura Indígena nos currículos do Ensino Fundamental e Médio nas escolas públicas e privadas do nosso país, trazendo valorização da diversidade étnico e cultural dos povos originários.

O objetivo deste artigo é discutir a temática indígena e a Lei 11.645/2008 no contexto de uma escola pública da Amazônia. Esperamos que este trabalho instigue e proporcione novas discussões e produções de dados, por se tratar de um tema ainda pouco difundido nas formações docentes.

2. Metodologia

A metodologia utilizada será um conjunto de técnicas que compõe o uso da bricolagem enquanto abordagem metodológica das Ciências Sociais. Kincheloe (2007) destaca que esta, é uma área cheia de possibilidades a serem exploradas, percebidas e potencializadora de aberturas desta abordagem, podendo ser um dos pontos mais significativos da bricolagem concedendo as alternativas de trânsito e escolha do pesquisador e do seu objeto de pesquisa.

A pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa, que de acordo com Minayo (2007) responde a questões particulares e se preocupa, no campo das ciências sociais com os valores, relações, fenômenos, sentimentos, sendo algo que não pode ser quantificado. Devemos nos preocupar com o processo e não simplesmente nos resultados e produtos da investigação. Nesta abordagem, o significado é a preocupação essencial.

Para a produção dos dados, contamos com o uso de recursos tecnológicos: plataforma do *Google Meet*, aplicativo de gravação de voz e *WhasApp*, para a realização da entrevista semiestruturada e gravação de áudio, em virtude do distanciamento

social imposto pela COVID-19. Para a aplicação do minicurso de formação, tivemos quatro encontros presenciais, seguindo os protocolos de segurança estabelecidos pela escola e um encontro para o Grupo de Discussão para dialogarmos sobre os pontos positivos, negativos e possíveis mudanças ou não na prática pedagógica.

Os dados tematizados a partir das entrevistas e do minicurso de formação e o Grupo de Discussão foram analisados a partir dos principais conceitos da pesquisa com foco nos objetivos propostos, que de certa forma poderão contribuir para reflexões e discussões sobre a Lei 11.645/2008 que insere o ensino da história e cultura indígena nos currículos escolares do ensino fundamental e médio nas escolas públicas e privadas, a ressignificação da prática docente diante de abordagens com a temática indígena, identidade, diferença, preconceito, cultura, etnicidade e como e quais possíveis práticas docentes podem ser (des) construídas em prol de um currículo intercultural.

Considerando que todo processo investigativo está alinhado ao campo dos Estudos Culturais e suas possibilidades interdisciplinares, os dados produzidos, foram tematizados e analisados, a partir dos principais conceitos de pesquisa com foco nos objetivos propostos que poderão contribuir para futuras discussões e ressignificação da prática docente, utilizando a bricolagem como percurso metodológico com a intenção de “ampliar os métodos de pesquisa e construir uma modalidade mais rigorosa de conhecimento sobre educação” (Kincheloe, 2007, p. 15).

Esta pesquisa não pode ser considerada concluída, mas o início de um processo de (des) construção de práticas, concepções e estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes em sala de aula do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, quanto a Lei 11.645/2008 e a temática indígena no contexto escolar urbano.

A pesquisa recebeu parecer consubstanciado favorável CAAE: 51597721.0.0000.5300 em 25 de setembro de 2021, sendo que todos os participantes formalizaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3. Resultados e Discussão

“Nunca ouvir falar bem de índio, que índio é preguiçoso e não vale nada”: o discurso usado em sala de aula e os estereótipos

A proposta desta tematização é produzir compreensões a respeito da prática docente quanto ao que a Lei 11.645/2008 vem trazendo como inserção da temática indígena nos currículos escolares do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental. Escolhemos o campo dos Estudos Pós-Críticos enquanto teoria por proporcionar percorrermos por diversas áreas e levar-nos a perceber o processo de construção da representação cultural que constitui a partir dos discursos. Para o campo dos Estudos Culturais, importante teoria dos estudos pós-críticos, a cultura descentraliza os sujeitos, suas vivências e experiências para além de uma determinação essencialista, ou seja, algo inalterado como: “[...] um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele desenvolvia, ainda permanecendo, essencialmente o mesmo contínuo ou idêntico a ele – ao da existência [...]” (Hall, 2013, p. 11).

Por conseguinte, nossa intenção é mostrar como as docentes colaboradoras desta pesquisa, compreendem a questão indígena e como estas utilizam o discurso em sua prática pedagógica e se houve uma mudança de pensamento e prática no decorrer do minicurso de formação sobre a Lei 11.645/2008 e a temática indígena. Ao fazermos nossas observações depreende-se que os Estudos Culturais, permitirão produzir inferências que possibilitem ampliar o desenvolvimento pedagógico das professoras. A respeito de como elas compreendem a temática indígena na escola, mostraremos a seguir algumas falas enunciadas:

Nunca ouvir falar bem de índio, que índio é preguiçoso e não vale nada. Devido aos estudos e ao conhecimento, você percebe que não é só isso. Tiraram o direito dele, tiraram tudo. Não é que eles sejam isso. As pessoas é que fazem com eles se sintam assim (Professora Carmem, 2022).

Pode-se dizer que na fala da professora Carmem o uso da palavra “índio” é tido como uma visão estereotipada, de algo que faz parte do discurso colonial, que descreve os povos indígenas como “preguiçosos” e “que não valem nada”. De acordo com Silva (2018) precisamos conhecer e nos aproximar da história dos povos originários para conhecermos suas culturas, estrutura educacional e modos de vida.

Ainda que para muitas pessoas o “ser índio” é algo que permanece somente no imaginário, como uma fantasia ou visão de que eles vivem no passado, que andam nus e que não contam com o mundo dito civilizado. Ao analisarmos essas informações, percebe-se o quanto é necessário conhecermos a origem da nossa história, como de fato aconteceu o processo de colonização e incentivar os povos originários a contar a sua versão da história. Para Silva (2011) a:

Desinformação, os equívocos e os pré-conceitos que motivam a violência cultural contra os povos indígenas, resultam das ideias eurocêntricas de “civilização”, do etnocentrismo cultural e da concepção evolucionista da História, onde, no presente, os indígenas são classificados como “primitivos” possuidores de expressões culturais exóticas ou folclóricas ainda preservadas, mas que determinadas a serem engolidas pelo “progresso” da nossa sociedade capitalista (p. 2).

Os povos indígenas apesar das tentativas de ser “engolida” por esta sociedade capitalista, tem se mostrado resistente e articulada para defender seus interesses e fazer-se presente e representada na sociedade não-indígena. A (re) educação quanto a temática indígena é necessária, pois é preciso conhecer para desmistificar, entender e respeitar o outro na sua diversidade.

Na fala da professora Carmem: “Não é que eles sejam isso. As pessoas é que fazem com eles se sintam assim”, a falta de conhecimento em relação aos indígenas quanto aos seus hábitos, costumes e tradições de seus povos, faz com que existam estes pensamentos. Diante disso, há a necessidade de conhecermos mais sobre os povos originários e uma das formas é através da educação, pois é a partir da educação que conseguiremos reconstruir novos conhecimentos. Bergamaschi (2012) diz que:

Para falar de educação é sempre importante lembrar que ela é um processo amplo, contínuo, que acontece ao longo da vida de cada pessoa e não se restringe às experiências de escolarização. A escola é uma instituição que adquiriu grande relevância na modernidade em sociedades ocidentais, e nelas se consagrou como espaço central de socialização da pessoa, bem como de aquisição de conhecimentos tidos como relevantes para a inserção do sujeito no mundo de trabalho. A escola não produz e socializa saberes, ela reproduz experiências cotidianas que vão nos integrando em uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vão produzindo o lugar social que podemos/devemos ocupar (p. 33).

Após um longo processo de mobilização e articulação política, gerou-se a necessidade de formalizar a temática sobre os povos indígenas com a Lei 11.645/2008, que inclui nos currículos escolares a produção de materiais específicos ou formação continuada de professor/as para uma melhor abordagem sobre a história e cultura dos povos indígenas. De acordo com Silva (2011, p. 219) “O Brasil não tem uma identidade nacional única! Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc.”, mas quanto às sociedades indígenas, estas precisam de respeito, valorização e reconhecimento.

Ao questionarmos as professoras se sabiam da existência da Lei 11.645/2008, todas responderam que não conheciam. Algumas reconheceram que ouviram falar de alguns movimentos indígenas, mas não quanto à criação de uma lei para se trabalhar a temática indígena nos currículos escolares.

Existe uma Lei? Nunca ouvi falar, ainda mais que obriga o ensino de conteúdos sobre indígenas nas escolas (Professora Berenice, 2022).

Ouçó falar dos movimentos indígenas e negro, só que saber da existência de uma lei, isso eu não sabia e até agora não mudou nada pelo o que vejo na escola (Professora Gisele, 2022).

Que bom que existe uma lei, só que todo esse tempo de profissão nunca ouvir falar desta lei (Professora Donatela, 2022).

Percebemos que algumas professoras até conhecem a conquista dos movimentos indígenas organizados pelo país, mas muitas não tinham o conhecimento da mesma e que pensam que sua existência não garantirá a inclusão da temática caso não haja formação continuada sobre o tema abordado.

O professor Gersem José dos Santos Luciano, do povo Baniwa, em entrevista cedida a Bergamaschi (2012), trouxe várias informações referentes à Lei n.º 11.645. Luciano considera a lei como fundamental para o combater a preconceitos e discriminação. Destaca que o primeiro passo é desconstruir os preconceitos que foram implantados nas mentes das pessoas ao longo da história de colonização e (des) educar o que foi aprendido na escola. Baniwa (2012):

[...] nós não estávamos preparados para isso porque veio um pouco cedo, do ponto de vista da construção mental, do imaginário. Veio mais como possibilidade. “Nós” quem? Tanto nós indígenas, quanto a sociedade não indígena. Isso foi uma luta aproveitada do movimento negro, pela articulação afrodescendente, e a gente conquistou esse direito muito importante. Espero resultados mais concretos em médio prazo (p. 142).

Apesar de considerar a lei n.º 11.645/2008 importante, o entrevistado fala que há muito para ser desconstruído e reconstruído. Na perspectiva de Baniwa (2012, p. 142) “o primeiro desafio é como os povos indígenas vão se apropriar dessa ferramenta para divulgar seus conhecimentos, seus valores, suas culturas e tradições. Ainda não vejo o movimento indígena mobilizado para isso”. Destaca que o ideal é que os próprios indígenas falem o que querem e o que a sociedade não indígena saiba deles. O segundo desafio é a produção de materiais didáticos educativos, pois há a confecção na área do letramento e alfabetização voltada para as escolas não indígenas, mas não atendem a lei.

O autor fala que é necessário haver a confecção de materiais mais elaborados e menciona que o MEC está providenciando, por exemplo, “alguns mapas da etno-história, alguns livros que falam dos processos de formação de professores e alguns que tratam da realidade mais geral dos povos indígenas e que já podem ser utilizados”. (Baniwa, 2012, p. 143).

Quando expliquei sobre o que a Lei 11.645/2008 trata quanto a inserção da temática indígena nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio, a professora Florinda mencionou que seria importante haver ações que trabalhassem essa lei e como colocá-la em prática na sua sala de aula. Pois a mesma relatou que nunca participou de nenhuma formação que se falasse sobre os povos indígenas, somente dos povos afro-brasileiros. Então comentei que faríamos um minicurso de formação sobre o tema no decorrer da pesquisa. Relembro as palavras de Baniwa (2006, p. 70), ao apontar que os indígenas têm a necessidade de se capacitar para conviver no mundo dos não indígenas, mas em contrapartida “[...] os brancos também devem estar aptos a trabalhar com os povos indígenas. Só assim a ideia da interculturalidade será praticada e vivida”. Para o autor, essa prática é fundamental a fim de que o Brasil seja um país mais democrático.

“Faço com eles o cocar de um papel e E.V.A., eles pintam e fica lindo, sabe.”: a prática pedagógica e a visão estereotipada dos povos originários

Retomando a entrevista com as professoras, elas relatam como aplicam algumas atividades sobre a temática indígena.

Quando vou trabalhar o “Dia do Índio” ou pesquisar no Google algumas atividades e aplico para meus alunos. Faço com eles o cocar de um papel e E.V.A., eles pintam e fica lindo, sabe. Fazemos chocalho e quando dá fazemos um painel com os desenhos dos alunos. Ah! Cantamos a música da Xuxa: Brincar de Índio, as crianças adoram (Professora Arminda, 2022).

Não acho difícil trabalhar o tema, porque é só colocar no Google “Dia do Índio” e aparecem muitas atividades. As atividades que tem no livro didático são poucas e às vezes as crianças não conseguem responder (Professora Berenice, 2022).

Eu trabalho tentando mostrar que os índios estão mais modernos, usam carros, celular e tem até internet melhor que a nossa. Pego as atividades que no livro mesmo. Às vezes pesquiso na internet algum projeto pronto sobre o tema, que já está tudo lá e aplico (Professora Gisele, 2022).

Eu pesquiso as atividades na internet. Faço chocalhos, cocar de E.V.A., levo bolo de mandioca, passo vídeos das cantigas: 1, 2, 3 ... indiozinhos e da Xuxa também. Pinto o rosto das crianças (daquele jeito sabe) tipo aquelas de duas linhas (Professora Eliane, 2022).

Percebemos que nas falas das professoras Arminda, Gisele e Eliane se fazem presentes em muitas práticas pedagógicas que tendem a distorcer e estereotipar as lutas e resistências dos povos originários. A imagem citada do indígena pelas professoras, nos mostra como a sociedade brasileira tratou os povos indígenas ao longo da história. Para Beltrão, Mota e Bomfim (2022) no dia do índio deveria haver um trabalho que representasse um povo considerando o que ele é, valorizando sua cultura e história.

Baniwa (2006) destaca que os povos originários são concebidos como ingênuos, protetores da natureza, com menos capacidade intelectual e incapazes de compreender os valores e regras difundidos pela sociedade não indígena, o autor fala que estes povos são considerados como se vivessem em uma realidade oposta à sociedade supostamente moderna. Estas imagens foram propagadas por cronistas, escritores e intelectuais desde o período colonial e ainda persiste até os dias atuais.

Bergamaschi (2012) fala que os livros didáticos adotados na primeira metade do século XX, destacam as concepções que predominam nesses manuais usados pelas escolas brasileiras, são marcadas pelas visões da literatura romântica do século XIX, mostrando o indígena idealizado, representado como herói e vítima, fadado ao seu próprio extermínio.

Quando as professoras foram questionadas sobre como trabalham a temática indígena em sala de aula, percebemos que suas falas foram direcionadas ao “Dia do Índio”. Destarte, a temática indígena tem sua relevância não apenas em datas comemorativas, mas com o tema a ser discutido e incluído nos currículos escolares e na literatura que percorrem os espaços escolares. Bonin (2010) fala que assim é possível que distintos discursos sobre os povos originários ganhem visibilidade e importância, pluralizando o conhecimento e o entendimento da nossa própria história.

Ressaltamos aqui o cuidado ao se trabalhar com diferentes saberes e vozes ao incluir interlocutores indígenas nas escolas, porque se estes saberes sobre a temática indígena estiverem vinculados somente a datas comemorativas sem analisarem as relações de poder e as formas de subordinação destes povos, isso poderá gerar a inclusão como estratégia de legitimação e de exclusão.

Outro fato importante identificado nas falas das professoras e me vejo também enquanto educadora, é a pintura corporal, confecção de cocares e saias para a “comemoração do Dia do Índio” que foram realizadas durante as aulas. Ao invés de propor atividades que levassem os/as alunos/as a refletir e a problematizar sobre a temática, com o objetivo de diminuir a estereotipização e o preconceito aos povos originários. Observamos que tanto a pintura no rosto quanto as músicas de “índio” usadas pelas professoras fazem parte de um processo relativamente comum e que continua mesmo havendo as políticas de afirmação, resistência, inclusão, valorização e respeito aos povos. De acordo com Alves e Beltrão (2021), em muitas escolas a temática indígena é trabalhada com a música da cantora Xuxa Meneguel: Vamos brincar de índio, pintam os rostos, fazem cocar, arco e flecha não levando em consideração os motivos dos povos indígenas em se fazer estes objetos, levando a estereotipação dos povos originários.

Destacamos especialmente nas falas, as representações estereotipadas dos povos originários, a partir de alguns traços facilmente identificáveis, como arco e flecha, confecção de cocar em papeis e E.V.A. Estes são marcadores usados frequentemente, fixando determinados atributos a estes povos como se fossem parte de sua natureza. Para Bhabha (2013, p. 117) os estereótipos são recursos discursivos que simplificam a definição de quem é considerado diferente: “O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa,

fixa de representação”. Estas narrativas estereotipadas usam uma forma de falar, agir e adota traços do outro exagerando-os. Levando em consideração o pensamento de Bonin (2010) quanto os estereótipos não somente nos livros didáticos, existem outros fatos e produções que valorizam essas visões erradas dos povos originários.

Ao fazermos uma breve busca no Google usando “Atividades Indígenas”, surgem diversas atividades prontas para serem impressas. Enquanto professora, me vi usando muitas delas, porém agora procuro usar atividades que proporcionem informações verdadeiras, discussões e possíveis reflexões sobre os povos indígenas da nossa região e do Brasil. Percebemos que muitas destas atividades que surgiram neste site de busca não condiz com a realidade dos povos originários. A questão central de muitas delas, limita-se a uns poucos significados que são repetidos compulsivamente, empobrecendo o estilo de vida dos indígenas, dando-lhes certos atributos considerados estranhos e até mesmo exóticos. Silva (2019, p. 178) fala que para haver melhor compreensão das diversidades dos povos originários é necessário “perceber as diversas experiências vivenciadas por esses povos nos diversos processos de colonização”. Trabalhar a temática indígena na escola, significa procurar conhecer a história destes povos, suas diversidades culturais e as relações com os não indígenas.

Os povos indígenas, nesta versão de busca rápida destas atividades, não são representados como pessoas políticas, resistentes, que lutam pelas suas terras, educação, etc. para Bonin (2010, p. 79) “É Possível dizer que o “apagamento” de fatos conflitivos, massacres, genocídios praticados contra eles – que tem um pouco ou nenhum destaque em discursos celebrativos – colabora para a produção de um sentido de continuidade [...]”.

Por conseguinte, nas falas das professoras Donatela, Carmem e Florinda, percebemos algumas preocupações a não reforçar as imagens estereotipadas dos povos indígenas.

Trabalhar a cultura indígena não é difícil. Hoje com tantos materiais e informações novas e mais condizentes com a realidade deles, mas às vezes as atividades e textos que tem nos livros didáticos são errados e eu explico isso para meus alunos. Antes eu pintava meus alunos, agora eu não pinto mais porque vi uma reportagem certa vez de alguns indígenas falando isso (Professora Donatela, 2022).

Eu tenho um pouco de dificuldade com a falta de informação correta quanto aos indígenas. Nunca sei se o que falam nos livros é certo ou errado. Como nunca participei de nenhuma formação sobre o jeito de trabalhar... fico com receio. Acabo aplicando o que penso que está certo. Pesquisa na internet e nos livros de atividades que tenho em casa (Professora Carmem, 2022).

Antes eu trabalhava, acho que de maneira errada, mas agora eu tenho falado para meus alunos que o Brasil foi invadido. Percebo que nos livros didáticos agora já vem coisas que mostram o índio mesmo como ele é. Por trabalhar com alunos maiores, eu peço para eles pesquisarem, fazerem cartazes, levarem objetos indígenas, porque pesquisar só na internet tem muitas coisas erradas. Tipo de índio que usam saias e tal... e temos que mostrar a realidade hoje destes povos (Professora Florinda, 2022).

Consideramos importante a preocupação das professoras em reforçar que existe uma história com a versão dos povos indígenas, que fuja dos estereótipos que podem ser propagados por alguns livros didáticos e sites de busca na internet. Na fala da professora Donatela “Antes eu pintava meus alunos, agora eu pinto mais porque vi uma reportagem certa vez de alguns indígenas falando isso” ao nosso ver, ela tinha boas intenções, porém a atividade não contribuiu para (des) construir eventuais estereótipos e desconhecimentos os quais as crianças possam ter sobre o tema. A mesma atividade pode ser desenvolvida, levando em consideração o contexto ao qual o povo estudado se encontra, os materiais utilizados e os motivos pelo qual as pinturas corporais são feitas. Preto (2017) fala que datas comemorativas como o “Dia do Índio” integram o currículo escolar de diversas escolas brasileiras, porém precisam ser contextualizadas de maneira a mostrar a realidade destes povos.

Precisamos ter o máximo de cuidado ao trabalharmos a temática indígena, para que “A escola não passe aos seus estudantes uma imagem de um sujeito folclórico, representado pela alegria das danças e a ingenuidade do povo” (Vieira, 2008, p. 70). Mesmo que as atividades desenvolvidas sejam atrativas para os/as alunos/as elas podem transmitir:

Uma pintura vazia de significados que dá uma ideia de todas as etnias indígenas realizam essa prática. Uma festa na qual os homenageados não são retratados do modo como realmente vivem, que muitas vezes exclui suas opiniões sobre o que pensam em relação ao “Dia do Índio” e que passa longe do ensino da História e da Cultura dos povos indígenas do Brasil (Gomes, 2008, p. 65-66).

Ao trabalharmos esta data assim, se deixam de abordar outras questões mais importantes e atuais como a invasão dos garimpeiros, mineradoras, madeireiros, empresários em terras indígenas, dentre outras demandas.

A nosso ver, essas relações que podem ser discutidas no ambiente escolar entre indígena e não indígena apesar das tentativas em chamá-las de intercultural ou que se trabalha a diversidade continua não sendo a ideal. Para Costa (2017) para que de fato haja uma relação intercultural, não se deve restringir somente a um contato interétnico, com visitas e saberes da vivência local, bem como nos conteúdos curriculares.

Para Bhabha (2013) o conceito de diversidade é um legado de tradições colonialistas ou relativistas muito apropriados em discursos liberais. A hipótese é que as sociedades são variadas desde a sua origem, sendo necessário organizar práticas pedagógicas que ordenem as relações de poder.

Na fala da professora Florinda “agora eu tenho falado para meus alunos que o Brasil foi invadido”, considerando que a identidade nacional é narrada como resultado de encontros entre diferentes culturas, fundamenta-se a pluralidade como parte da nossa “realidade”. Para Bonin (2010, p. 76-77) “Quando nos identificamos como brasileiros, frequentemente lançamos mão de mitos fundadores e de narrativas históricas que posicionam de modo distinto uns e outros povos que identificamos como constituidores da nação”. Constata-se que a nacionalidade é uma composição cultural, produzida com diversas estratégias de identificação cultural e interpelações discursivas, que criam e posicionam as identidades.

Hall (2013) nos lembra que antes dos processos coloniais, onde houve o processo de colonização, não havia uma única nação ou povo, mas muitas culturas diferentes. Na constituição da identidade nacional e de unificação, a maioria das nações só foram unificadas a partir de um longo e trágico processo de conquista violenta, onde se investiu na escravização dos povos conquistados. E para recontar o início violento das nações modernas, essas narrativas são ressignificadas em discursos oficiais. No entanto, para Hall (2006, p. 61-62):

[...] em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificados” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural.

Ao falarmos sobre o início da nação brasileira, nos remetemos aos “brancos, negros e índios” como um suposto resultado do povo brasileiro, onde são destacados alguns legados que recebemos destes povos. Torna-se interessante sabermos que estas heranças dos diferentes povos e culturas, é construída de modo a justificar os lugares como periféricos e centrais.

Quanto ao que se refere aos livros didáticos nas falas das professoras Berenice, Carmem e Florinda, notamos que os livros para elas, apresentam os povos indígenas de maneira genérica ou superficial e até preconceituosa. Poucos são os materiais que de fato mostram a cultura e história destes povos de forma correta, sem visões eurocênicas. Desse modo, as professoras não contam com livros que disponibilizam totalmente o que a Lei 11.645/2008 vem inserindo sobre os povos indígenas. Para Silva e Silva (2020) boa parte dos livros didáticos adotados pelas escolas, permanecem com abordagens ultrapassadas quando se refere aos povos indígenas e que continuam sendo usados pelos docentes, resultado na continuidade da desinformação a respeito da temática discutida. Assim, como não tiveram esse contato com essas informações em sua formação acadêmica.

Ao questionarmos se as colaboradoras haviam tido alguma disciplina relacionada aos temas História e Cultura Indígena, todas responderam que não tiveram essa formação. Para Russo e Paladino (2016) cabe lembrar que essa disciplina foi incluída nos currículos do curso de Pedagogia recentemente. Portanto, quem fez Pedagogia há mais tempo não teve esta

disciplina durante o curso e que talvez esta seja a única a abordar a questão indígena nos cursos de formação inicial para professores/as.

Destarte, supomos que as práticas docentes reflitam essa ausência em sua formação. Como observamos nas falas das professoras, muitas procuram o caminho mais fácil buscando na internet atividades prontas, notícias e textos que dificilmente apresentam um material mais aprofundado do tema.

Observamos que as professoras não desenvolveram nenhuma atividade ou projeto que contemple de fato a Lei 11.645/2008 em sala de aula, como exposto em suas falas. Notamos que a temática indígena é abordada quando se aproxima do “Dia do Índio”, pois ainda se vivencia folcloricamente a cultura do outro, através de danças, pinturas e cantigas e assim os estudos apontam para uma visão desvinculada em que vivem os indígenas, criando preconceito e discriminação, fazendo com que as relações de silenciamento da alteridade indígena fique cada vez mais forte. Para Baniwa (2017, p. 12-13):

[...] é fazer que esses povos sejam reconhecidos e conhecidos como tais, para depois serem respeitados nos seus direitos específicos e diferenciados. e dada a sua rica diversidade étnica e cultural, devem ser tratados adequadamente como relevantes para a humanidade e para a sociedade brasileira, por suas importantes contribuições históricas no passado, no presente e no futuro da sociedade e do Estado brasileiro.

Quando essa temática é ensinada na escola, a ênfase recai geralmente sobre a formação do Brasil, a culinária ou a palavras indígenas no nosso vocabulário, desprezando a diversidade de mais de duzentos povos indígenas existentes no nosso país. À vista disso, oferecemos um minicurso de formação e um encontro de discussão com o intuito de aprofundar e embasar teoricamente alguns conceitos e conteúdos sobre a Lei 11.645/2008 quanto a inserção da História e Cultura Indígena nos currículos escolares nas turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental.

4. Considerações Finais

Para futuros trabalhos, almejamos produzir materiais que ajudem os docentes atuantes na área da educação a abordarem questões de estereótipos e preconceitos quanto aos povos indígenas de forma contextualizada, respeitando e valorizando sua cultura e história.

Apesar de pensarmos que esta pesquisa não está totalmente concluída, esta, conseguiu perceber em suas análises que a prática docente está lentamente buscando alcançar a teoria das políticas públicas. Porém, o fato da existência da Lei 11.645/2008 já mostra ser uma conquista para os povos originários e para a sociedade como um todo e isto pode ser visto como um passo importante para que haja um diálogo intercultural entre indígenas e não-indígenas. Sabemos que a lei não é garantia de que o ensino que ela propõe irá acontecer adequadamente e que os/as professores/as terão os meios necessários para informar aos seus/as alunos/as informações e conhecimentos sobre a História e Cultura Indígena, porém devemos propagar sempre que oportuno a importância da referida lei para a ressignificação da educação brasileira.

Referências

- Alves, S.O., & Beltrão, M.E. (2021). “Vamos brincar de Índio”: BNCC e apropriação indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental. In: TELES, Tayson Ribeiro (Org). *Linguagens, literaturas, culturas, identidades e direitos indígenas: análises, reflexões e Perspectivas*. Curitiba: Bagai.
- Beltrão, H. G., Mota, E.R.L.C., & Bomfim, F.R. (2022). O “dia do índio” e a apropriação cultural na educação infantil: o que pensam as professoras? *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*. 3 (14).
- Bergamaschi, M. A., & Gomes, L. B. (2012). A temática indígena na Escola: ensaios de educação intercultural. *Currículo sem Fronteiras*. 12, 53-69.
- Bergamaschi, M. A. (2012). Entrevista: Gersem Dos Santos Luciano- Gersem Baniwa. *Revista História Hoje*. 1 (2), 127-148.
- Bhabha, H. K. (2013). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bonin, T. I. (2010). *Educação Escolar Indígena e Docência: princípios e normas na legislação em vigor*. In: Bergamaschi, M. A. Povos indígenas e educação. Porto Alegre: Mediações.

- Gomes, N. L. (2008). *Indagações sobre o Currículo: Diversidade e Currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Hall, S. (2013). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Ed.UFMG/ UNESCO.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A.
- Kincheloe, J. L. & Berry, K. S. (2007). *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Luciano, G. J. D. S. (2017). Educação intercultural: direitos, desafios e propostas de descolonização social no Brasil. *Cadernos CIMEAC*. 7 (1).
- Luciano, G. J. D. S. (2006). O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. *MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional (Coleção Educação para Todos) Série Vias dos Saberes*. 1, 168-233.
- Minayo, M. C. D. S. (Org.). (2007). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Vozes.
- Preto, F. F. (2017). *Formação de professores, interculturalidade e educação indígena: contribuições descoloniais no espaço da escola regular*. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade La Sall, Canoas, Rio Grande do Sul.
- Paladino, M., & Russo, K. (2016). A Lei 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. *Revista brasileira de educação*. 21 (67), 897-921.
- Silva, T. T. (2011). *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. Autêntica.
- Silva, A. B. D. (2018). *Evidências e ausências da Lei n.º 11.645/2008 (história e culturas indígenas) em escolas da rede pública de Ji-Paraná, RO*. Dissertação. (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso.
- Silva, E. H. (2019). Índios: pensando o ensino e questionando as práticas pedagógicas. *Revista de estudo e pesquisa em Educação*. Juiz de Fora, 21 (2), 168-186.
- Silva, E., & Silva, M. da P. (2020). *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. 3ª ed., UFPE.
- Vieira, J. J. (2008). Jogo de mulher e jogo pra valer: revisitando as representações sociais discentes sobre uma velha dicotomia. *Universo do corpo* 255-266.